

Os Instrumentais Técnico-Operativos do Serviço Social e o seu potencial no campo da Extensão Universitária

Camila Aparecida da Silva Albach*
Reidy Rolim de Moura**

RESUMO:

O objetivo deste artigo é o de demonstrar a potencialidade do uso dos instrumentais técnico-operativos do Serviço Social no ambiente da extensão universitária, utilizando das experiências vivenciadas por um dos programas extensionistas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Os resultados apresentados foram coletados no ano de 2022, por meio de entrevistas com assistentes sociais atuantes do campo. A metodologia utilizada é uma pesquisa qualitativa, com atribuições bibliográficas e documentais e análise de conteúdo para estabelecer reflexões. Dentre os principais resultados destacamos o potencial do Serviço Social na extensão na execução de suas atribuições, a valorização dos estagiários (as) e a importância dos cuidados éticos em trabalho.

Palavras-Chave: serviço social; extensão universitária; instrumentais técnico-operativos.

* Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG.
ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-3452-7034>
E-mail: camialbach18@gmail.com

** Doutorado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC.
Professora associada na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6170-3074>
E-mail: rrmoura@uepg.br

The Technical-Operative Instruments of Social Work and their potential in the field of University Extension

ABSTRACT:

The objective of this article is to demonstrate the potential of using the technical-operative instruments of Social Service in the university extension environment, using the experiences lived by one of the extension programs at the State University of Ponta Grossa (UEPG). The results presented were collected in 2022 through interviews with social workers working in the field. The methodology used is qualitative research, with bibliographic and documentary attributions and content analysis to establish reflections. Among the main results, we highlight the potential of Social Work in extending the execution of its duties, the appreciation of interns and the importance of ethical care at work.

Keywords: social service; university extension; technical-operative instruments.

Introdução

O Serviço Social enquanto profissão busca proporcionar intervenções diretas na questão social, o que exige uma ampla compreensão do contexto social, econômico, cultural e político da realidade em que está inserido, além de mediações que possam agregar um sentido de transformação social. O Assistente Social é um profissional que deve proporcionar a intervenção e a resolução de conflitos e enfrentamento às múltiplas expressões da questão social. Com a introdução das políticas públicas sociais na nova divisão social do trabalho, o Serviço Social passou a ser reconhecido na sociedade como trabalho especializado, que contém muitas especificidades.

A questão social, para Iamamoto e Carvalho, (1995, p. 77) não é senão:

[...] as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e da repressão.

E sua intervenção possui três dimensões, a ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, que são, “[...] requisitos fundamentais que permitem ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho” (ABEPSS, 1996, p. 7).

A primeira dimensão trata-se da capacidade de apreensão do método e das teorias e sua relação com a prática, a segunda se refere aos objetivos e finalidades das ações do assistente social, já a terceira é sobre a capacidade de o profissional articular meios e instrumentos para materializar os objetivos, com base nos valores concebidos (Guerra, 2012). Sendo assim, compreendendo que tratam-se, num conjunto, de o que fazer, porque fazer, como fazer e com que objetivo fazer.

Neste artigo iremos adensar especificamente sobre a dimensão técnico-operativa, sendo aplicada no âmbito da extensão universitária, campo de grande potencial de atuação para o Assistente Social. Por falar nisso, “a extensão universitária é uma forma de interação que deve existir entre a universidade e a comunidade na qual ela está inserida, uma espécie de ponte permanente entre a universidade e os diversos setores da sociedade” (Nunes; Silva, 2011, p. 120).

Sendo assim, tem-se por objetivo demonstrar a potencialidade do uso dos instrumentais técnico-operativos do Serviço Social demonstrando sua relação às ações extensionistas, utilizando como exemplo as experiências vivenciadas por um dos programas extensionistas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), a Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol).

A IESol é uma incubadora desde o ano de 2005, fica localizada na UEPG e trabalha com Economia Solidária (Ecosol), que pode ser entendida enquanto um modo de organização de trabalhadores, seja em cooperativas, entidades de apoio, redes solidárias, associações. O programa tem como objetivo proporcionar um espaço permanente para a divulgação, exposição e comercialização dos produtos dos empreendimentos econômicos solidários (EES).

E, compreendendo tal objetivo proposto vale colocar a importância da extensão universitária para os cursos de Serviço Social, tendo em vista sua formação acadêmica e profissional ampliada, que busca concordar com o tripé do ensino, pesquisa e extensão e que fazem parte da dinâmica acadêmica das universidades. Além disso, também tendo em vista a obrigatoriedade de propostas extensionistas devido a curricularização da extensão nos currículos universitários.

Quanto aos procedimentos metodológicos adotados neste artigo, podemos informar que faz parte da categoria de pesquisa qualitativa, sendo efetivada por meio de uma base bibliográfica e documental, sendo os resultados obtidos por meio de entrevistas semi-estruturadas e sua análise de conteúdo posteriormente. Cabe colocar que a pesquisa seguiu os parâmetros éticos nacionais de pesquisas científicas no âmbito das ciências sociais aplicadas.

Referente aos documentos, citamos Kripka, Scheler e Bonotto (2015, p. 58), “[...] pode-se dizer que a pesquisa documental é aquela em que os dados obtidos são estritamente provenientes de documentos, com o objetivo de extrair informações neles contidas, a fim de compreender um fenômeno”.

Os documentos utilizados foram relatórios, livros, artigos e dossiês. Acerca da pesquisa bibliográfica, é o levantamento de obras publicadas sobre a teoria que irá direcionar o trabalho científico o que necessita dedicação, estudo e análise pelo pesquisador e tem como objetivo reunir e analisar textos publicados, para apoiar o trabalho científico (Sousa; Oliveira; Alves, 2020).

Para obtenção dos dados acerca dos instrumentais utilizados na extensão por parte do serviço social, buscamos 5 (cinco) profissionais (todas assistentes sociais) que atuaram na IESol/UEPG durante os anos de 2018 a 2022, com as quais realizamos uma entrevista, que pode ser caracterizada como semi-estruturada, seguindo um roteiro que não limitasse o entrevistador e o entrevistado(a). Cabe informar que foram identificadas como “A,B,C,D e E” seguindo os padrões éticos do sigilo.

Por fim, neste item de, cabe pontuar que a análise e reflexão dos dados obtidos foi por meio da análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), que possui 3 (três) fases, a pré-análise que envolve o primeiro contato com os materiais que serão submetidos à análise e interpretação. A fase de exploração do material que adota procedimentos de codificação, classificação e agregação. E temos a terceira fase, que é denominada de tratamento dos resultados, na qual o pesquisador procura tornar significativos e válidos os resultados obtidos.

O Serviço Social na Extensão universitária e a sua urgente curricularização

A extensão universitária refere-se às atividades que visam estabelecer uma conexão entre os eixos acadêmicos e a sociedade, possibilitando momentos em que a comunidade e a instituição trocam conhecimentos, valorizando os saberes de ambas as partes. Para Nogueira (2001, p. 69), a relação com a sociedade é indispensável, pois é com ela que pode-se estabelecer uma troca de saberes populares e acadêmicos, bem como o conhecimento filosófico e tecnológico.

No final do século XX as esferas de ensino, pesquisa e extensão aparecem unidas, seguindo um princípio constitucional da indissociabilidade, trabalhando juntos para contribuir com as universidades no sentido de formação de profissionais cada vez mais qualificados, numa perspectiva que visa a transformação social e democrática do cidadão.

E de acordo com Silva (2000), as relações entre ensino, pesquisa e extensão decorrem dos conflitos em torno da definição da identidade e do papel da universidade ao longo da história.

Em termos constitucionais, no artigo 207 da Constituição Federal de 1988 estabelece-se a chamada indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, 1988).

Sendo assim, com base na CF de 88, esses três componentes são importantes para a construção de uma instituição de ensino superior de qualidade e que atenda às necessidades dos alunos e da sociedade. Essas três formas de construção do conhecimento científico devem, portanto, fazer parte da vida acadêmica de todo aluno, pois são complementares entre si. Para tanto, cabe fazer uma breve diferenciação entre o ensino e a pesquisa, visto que a extensão é o foco deste trabalho.

O ensino fornece a base de conhecimento para que um aluno possa trabalhar em determinada profissão ou se especializar em um determinado campo do conhecimento. A pesquisa é a parte da educação universitária que fala da materialização e organização do conhecimento aprendido. A pesquisa acadêmica é conectar aspectos subjetivos e objetivos, investigar fenômenos e traçar teorias com base na literatura relevante.

Pode-se observar que juntos, ensino, pesquisa e extensão, ampliam a formação de alunos, professores e comunidade, e que estar presente nas legislações e na agenda do estado é essencial. Neste sentido, Magnani (2002) situa que, em todos esses anos de ensino superior no Brasil, pouco a pouco a legislação educacional registrou o esforço por transformar o modelo de compartilhamento do conhecimento em um que vise também a produção e transmissão do saber científico, aliando pesquisa e ensino, como decorrência das pressões que remetem ao acesso às universidades.

Torna-se importante a vigência legal, visto que as universidades desenvolvem ações extensionistas em diversas áreas, como assistência, saúde, educação, cultura, esporte etc., o que demonstra a preocupação com questões enraizadas na realidade social.

E, considerando tais elementos, cabe introduzir neste contexto o Serviço Social, que possui uma grande contribuição no campo extensionista. Nas Diretrizes da ABEPSS de 1996 e nas Diretrizes Curriculares aprovadas pelo MEC em 1999 existe a citação quanto a indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão, e para além de tal reconhecimento, observa-se que a profissão é direcionada para o social e visa a consoli-

dação de uma sociedade democrática, livre e detentora de direitos humanos, algo que é propósito da extensão universitária também.

A Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012) destacou a necessidade da articulação entre a Universidade e a sociedade, sendo este, um compromisso social das Instituições de Ensino Superior que se baseia na ideia da emancipação humana, o que coincidentemente é o objetivo do projeto ético-político do Serviço Social. Sendo assim, compartilhar conhecimentos e prestar serviços para a comunidade é algo que faz parte de ambas as trajetórias e é justamente por isso que a profissão e o curso possuem um potencial neste campo de intervenção.

O Assistente Social busca trabalhar com as comunidades, organizações sociedade civil e movimentos sociais, por meio de ações emancipatórias que se convertem em projetos, programas, políticas públicas e sociais, entre outras intervenções, as quais, são também, estão presentes na extensão universitária. Sendo possível encontrar o profissional exercendo sua profissão e fazendo uso de suas atribuições, como por exemplo, utilizando de seus instrumentais técnico-operativos para a efetivação.

Outra questão a ser considerada aqui é que a indissociável relação entre ensino, pesquisa e extensão foi legalizada pela Constituição Federal, além de estar presente em outras leis, como o Plano Nacional de Educação, para consolidar uma educação integral no ensino superior no Brasil. Porém, apesar de sempre estar presente no âmbito universitário, a extensão torna-se um desafio ainda maior com a obrigatoriedade que foi proposta pelo Plano Nacional de Educação 2014-2024 e pelo Conselho Nacional de Educação no ano de 2018.

Com a Resolução de n.7 de 18/12/2018 do Conselho Federal de Educação (CNE) temos estabelecidas as diretrizes para a curricularização da extensão com a devida aprovação do PNE 2014-2024, que reforça a necessidade de: “12.7 - assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (Brasil, 2014).

Para Arienti (2023, p. 169), “[...] ao determinar obrigatoriamente de 10 % da carga horária dos cursos em atividades de extensão, aumenta a dimensão da extensão nas proposições pedagógicas dos professores e na formação acadêmica, profissional e cidadã dos estudantes”. E para que isso se torne efetivo, as universidades do Brasil todo devem iniciar seus processos de adaptação nos currículos de todos os cursos, o que pode ser desafiador nos casos onde a extensão ainda não possui tanto destaque devido a realidade de cada instituição.

As universidades vêm demonstrando esta preocupação, com orientações para que os cursos estabeleçam sua política de extensão, pois a curricularização também enfrentará muitos desafios em sua implementação, sendo um dos principais o insuficiente financiamento público de programas e projetos, a adaptação e inclusão nas diretrizes pedagógico acadêmicas dos mais variados cursos, a inserção na grade curricular, e em alguns casos, as poucas vagas para a quantidade de graduandos. Essas questões também irão perpassar pela rotina da extensão a partir do momento em que foi decretado.

A importância da instrumentalidade do Serviço Social e sua relação com a extensão universitária com base no Código de Ética Profissional

A instrumentalidade profissional está completamente ligada à complexidade social e histórica do Serviço Social enquanto profissão, isso exige que o assistente social realize o processo de mediação com clareza, fundamentado na realidade concreta revelada na leitura das expressões da questão social do cotidiano da sociedade, utilizando ferramentas que deem sentido às várias dimensões da profissão ao fazer uso da teoria social crítica.

Os instrumentais utilizados pelo assistente social são muito importantes no seu trabalho, no entanto, o mais importante não é apenas ter esses instrumentais, mas saber como usá-los de forma eficiente. A instrumentalidade se refere à habilidade de combinar e aplicar esses instrumentos e técnicas de maneira adequada. Ela não deve ser vista como algo isolado, mas como uma parte de um processo dinâmico, onde diferentes forças se encontram e se relacionam, formando uma síntese que ajuda na prática profissional. Como dito por Netto (1996), que todo instrumental utilizado não pode ser visto, analisado e aplicado isoladamente.

Segundo Guerra (2007), a instrumentalidade é a habilidade ou capacidade que uma determinada categoria desenvolve e aprimora, especialmente aquelas que atuam nas relações sociais, levando em conta o contexto social e histórico em que estão inseridas.

Com isso podemos afirmar que a instrumentalidade no exercício profissional refere-se, não ao conjunto de instrumentos e técnicas (neste caso, a instrumentação técnica), mas a uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-histórico (Guerra, 2007, p. 1).

Tendo em vista este processo de mediação e o uso da teoria social crítica, já podemos citar o fato de que a extensão possibilita ir a campo e ter o contato direto com

a sociedade. Sendo assim, para Nunes e Silva (2011, p. 120) a Extensão “[...] funciona como uma via de duas mãos em que a universidade leva conhecimentos e/ou assistência à comunidade e recebe dela influxos positivos em forma de retroalimentação, tais como suas reais necessidades, anseios e aspirações. Além disso, a universidade aprende com o saber dessas comunidades.” Sendo assim, torna-se um campo amplo para a análise da realidade social em sua perspectiva crítica, com a ajuda do uso de seus instrumentais de trabalho.

Para Guerra (1999, p. 198), o Serviço Social consolida sua natureza e seu ramo de especialização com a instrumentalidade, ao mesmo tempo que articula as dimensões instrumental, ético-política, pedagógica, técnica, intelectual e pedagógica. Neste sentido, isso “[...] possibilita não apenas que as teorias macroestruturais sejam remetidas à análise dos fenômenos, processos e práticas sociais mas, objetiva essa compreensão por meio de ações competentes técnicas, intelectual e politicamente”.

Os instrumentais de atuação profissional adquirem uma qualidade histórica, ao considerar que os assistentes sociais em sua prática e no uso de suas metodologias, pertencem a uma categoria de profissionais que acompanham as mudanças da sociedade, e para isso precisam de uma atualização constante em sua formação para que possam acompanhar as mudanças no ambiente político, social e econômico do país, pois a realidade está em constante transformação. Sendo assim, “por formar um conjunto dialeticamente articulado com as técnicas, os instrumentos são constantemente aprimorados por elas, face à exigência de adequação diante das transformações da realidade [...]” (Santos; Noronha, 2010, p. 50).

Considerando os mais diversos espaços sócio ocupacionais que requerem o assistente social, é preciso pensar constantemente em ferramentas de atuação que possam ser adequadas. A depender do local é uma decisão que precisa ser avaliada com cuidado, para que o indivíduo não seja prejudicado. O Serviço Social então, devido a sua variedade de instrumentais técnico-operativos, possui a habilidade de adaptar sua prática profissional de acordo com a situação enfrentada. Dentre os inúmeros instrumentais técnico-operativos podemos citar alguns dos mais comentados e estudados, sendo eles, a entrevista, visita (domiciliar e institucional), acolhimento, acompanhamento, atendimento social, trabalho em grupo, dinâmicas de grupo, reunião, parecer social, relatórios, escuta qualificada, observação, entre outros.

Antes de exemplificar os argumentos teóricos que nos pautamos até aqui, por meio dos instrumentais técnico-operativos, consideramos importante uma análise com base no Código de Ética do Assistente Social, pautado na Lei nº8.662 de 1993, com a intenção

de evidenciar por meio de alguns artigos a concordância entre as competências do Serviço Social e seu trabalho na extensão.

Quanto ao que é pontuado no artigo 4º “Constituem competências do assistente social” (CFESS, 2012, p. 44-45) podemos relacionar com a extensão universitária os seguintes:

“III: Encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e a população” - Quanto a este item é possível observar que em qualquer campo extensionista, o profissional deverá encaminhar providências e prestar orientações a depender do público alvo do programa ou projeto em que está envolvido.

“V: Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos” - Neste caso, também podemos observar em muitas ações extensionistas que o assistente social tem a capacidade de identificar recursos que são obtidos por meio de projetos, que são escritos para editais e que tem como alvo as universidades. E quando os projetos extensionistas do Serviço Social são contemplados, colaboram com a defesa dos direitos dos indivíduos que serão beneficiados por meio destas ações.

“VII: Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais” - Geralmente dentro dos campos extensionistas, seja qual for o foco do programa ou projeto, a pesquisa pode estar presente, seja na elaboração de artigos, na colaboração com trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses de mestrado e doutorado, ou até mesmo para melhoria das próprias condições de trabalho dentro da universidade e das ações executadas. Tais pesquisas podem contribuir com o trabalho do Serviço Social e colaborar com as experiências adquiridas por estagiários envolvidos.

“IX: Prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionadas às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade” - Como dito anteriormente, a extensão é uma forma de interação entre a universidade e a comunidade, portanto, cabe ao profissional inserido no campo estar em contato com a sociedade, a qual possui inúmeros movimentos sociais que são relacionados às políticas sociais e que servem para a defesa dos direitos de toda a coletividade, sendo assim, trata-se de uma competência do Serviço Social.

O Artigo 5º. Define que “constituem atribuições privativas do assistente social” (CFESS, 2012, p. 46-47) pontuamos os seguintes:

“II: Planejar, organizar e administrar programas e projetos em unidade de Serviço Social” - Por meio desse item reforçamos que faz parte da rotina do profissional inserido

na extensão, planejar e organizar projetos ou então programas que tem uma variedade de objetivos dentro do extenso e enriquecedor espaço universitário.

“VI: Treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social”

- Quando o assistente social está inserido em determinado programa ou projeto da extensão é possível, então, que sejam ofertadas vagas para estágios, o que colabora com a formação acadêmica de graduação e também abre variados campos em um contexto em que vagas de estágio podem ser difíceis de serem encontradas. É importante informar que dentro da extensão é possível bolsas de estudo para extensão e pesquisa o que colabora com a renda destes estagiários.

“X: Coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social” - Na extensão é comum a organização de eventos, sejam eles seminários, encontros, feiras, semanas acadêmicas e entre outros, que possibilitem a interação entre a comunidade externa e interna da universidade. E por fim, citamos o item

“XII: Dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas”

- o assistente social, geralmente, é contratado em programas e projetos de extensão na função de técnico e está prestando serviços a entidades públicas ou privadas que, no caso é a universidade, o que novamente concorda com o que é posto em seu código de ética.

Portanto, além de entendermos a necessidade e importância dos instrumentos de trabalho variados do assistente social, com base no que se tem regulamentado na profissão, podemos observar que existe uma concordância teórica dos objetivos em meio a extensão. Neste sentido, cabe-nos agora exemplificar isso na prática.

O potencial dos instrumentais técnico-operativos do Serviço Social em um programa de extensão universitário: resultados e discussões

Partindo para os resultados obtidos por meio das entrevistas, iniciamos informando que ao estarem inseridos em um programa de extensão como o da IESol/UEPG, os assistentes sociais e os estagiários do curso de serviço social fazem o uso dos mais variados instrumentais técnico-operativos durante todo o período em que permanecem como vinculados, sendo assim, neste momento iremos destacar as potencialidades da profissão quando inserida na extensão.

Neste momento iremos destacar as principais respostas das entrevistas¹, bem como uma breve discussão sobre cada instrumento citado, no qual foram selecionadas 2 (duas) perguntas. Sendo a primeira: “Você fazia uso dos Instrumentais Técnico-Operativos do Serviço Social durante sua atuação? E quais eram?”.

Entrevistados A,B,C,D e E citaram que: os mais utilizados no cotidiano são a escuta qualificada, dinâmicas em grupo, relatórios, encaminhamentos, elaboração de editais, organização de eventos, oficinas e palestras, acolhimento (para a rede socioassistencial², para pró-reitorias), entrevistas, questionários, visitas técnicas, observação participante e escrita de atas de reuniões.

Analisando, podemos observar que a documentação é algo muito presente na prática do referido programa extensionista, sendo assim, concorda-se com Martins, (2017, p. 94) quando afirma que “os documentos profissionais estabelecem a memória institucional sobre a intervenção do assistente social, são ainda meios de transmissão de informações entre diferentes agentes e organizações”.

Elementos como palestras, oficinas, dinâmicas e trabalhos em grupos, eventos e formações, que apareceram nas respostas, podem ser todos ligados a um outro instrumental que aparece, o de planejamento, afinal, para qualquer ação o que atenderá é seu planejamento, um momento que para Schmitz e Schappo (2017, p. 2) “envolve assim um conjunto de prioridades e de tomada de decisões a partir de determinada realidade tida como problemática, tendo em vista uma realidade desejada”.

O acolhimento, a escuta qualificada, as entrevistas, os encaminhamentos e as reuniões sempre foram abordados na prática profissional na IESol, portanto, cabe ressaltar que esses instrumentais técnico-operativos são usados em diferentes momentos e em ações diversas, porém, vale um destaque para as reuniões, nas quais, envolvem-se todos os demais instrumentais do Serviço Social, afinal, trata-se de um momento de grande e complexo exercício que exige muita atenção e cuidado. Para Medeiros (2020, p. 6) “a reunião é um instrumento presente no cotidiano de trabalho do assistente social [...] e tem como característica, promover e intervir em espaços coletivos provocando uma reflexão crítica”. Sendo assim, é muito evidente seu potencial em ser um espaço de tomadas de decisões, reflexões e planejamento de ações, em uma perspectiva crítica.

A segunda pergunta foi “Você buscou potencializar o uso dos mesmos (instrumentais destacados na primeira pergunta) durante os desafios enfrentados ?”

[...] o serviço social na economia solidária ele tem o seu olhar, mas ele não tem algo muito específico assim, então a gente sempre tem que estar buscando estratégias, e na IESol tem muito isso, então sempre tem que estar pensando, e o que a gente pode buscar potencializar é realmente conversar com a equipe. (Entrevistada A).

Diante deste relato, compreendemos que qualquer potencialidade é vista em uma perspectiva coletiva, buscando deixar todas as pessoas envolvidas nas ações que acon-

tecem no programa de extensão. Outro destaque que fazemos é para a especificidade do Serviço Social, que em muitos campos, como o da Assistência Social, citado pela entrevistada, são muito evidentes e podem já existir normativas para lidar com cada situação e na economia solidária é preciso buscar muitas estratégias de enfrentamento aos desafios que surgem, visto que ainda não existem políticas públicas específicas para este segmento.

A pergunta toma outro rumo quando analisamos duas respostas que potencializam o relatório como instrumental técnico-operativo dentro da IESol/UEPG:

[...] Um debate que a gente sempre tinha era de como melhorar a questão das estruturas dos relatórios, de padronizar essa questão dos documentos e das atividades feitas, do próprio planejamento do próximo ano [...]. (Entrevistada B).

Sim, tem que ser potencializado porque é através deles que a gente vai conseguir dar andamento às ações e o que fazer a partir daí, é muito importante também pensarmos nesses instrumentais como específicos do serviço social [...]. (Entrevistada E).

Novamente em concordância com Medeiros (2020, p. 7) “os relatórios são instrumentos de sistematização da prática do assistente social, que contém o relato dos dados coletados, das intervenções realizadas e das informações adquiridas. E como podemos observar existe uma certa preocupação em padronizar e sistematizar os relatórios feitos pelo serviço social da IESol/UEPG. Isso porque é um instrumental técnico-operativo de grande importância e uso no cotidiano profissional.

Não somente os relatórios ganharam destaque, mas também o acolhimento e o diário de campo foram citados com muita ênfase por outras duas entrevistadas, como analisaremos em seguida:

O acolhimento mesmo, porque assim né, é diferente outra pessoa acolher uma pessoa que está precisando de alguma coisa, e é diferente de uma pessoa de outra formação, por exemplo. (Entrevistada C).

[...] o Diário de Campo, e eu sempre reforço nas supervisões para os estagiários usarem também, porque às vezes no cotidiano ali a gente acaba não percebendo o que a gente tá fazendo, e aí a gente chega em casa e esquece e daí depois para elaborar um relatório não lembra mais, então eu acho que é um instrumental que a gente deveria potencializar. (Entrevistada D).

O acolhimento é de grande importância, pois na maioria das vezes é o que irá estabelecer um vínculo inicial com o público alvo de cada ação. Sendo assim, ele necessita de um uso com muita atenção e cuidado, e é importante considerar que na extensão

universitária o público sempre vai estar variando, visto que cada ser humano é complexo por si só e trabalhar com pessoas exige uma postura ética e profissional de muito respeito. Para Trindade (2010, p. 14) “uma postura acolhedora implica estar atenta à diversidade étnica, cultural e racial, ou seja, conhecer bem o contexto em que a comunidade da área de abrangência está inserida”.

Quanto ao Diário de Campo, o relato da entrevistada D, nos leva a pensar na importância do assistente social ser um profissional organizado e preocupado com os resultados de seu trabalho, afinal, o registro de suas atividades é algo regido por toda a documentação que perpassa seu trabalho. Para Lima, Mioto e Prá, (2007, p. 99), o Diário de Campo deve ser usado “[...] diariamente para garantir a maior sistematização e detalhamento possível de todas as situações ocorridas no dia e das entrelinhas nas falas dos sujeitos durante a intervenção”. Podemos refletir que este instrumento ajuda o profissional a ter um olhar ampliado e utilizar da escrita para registrar ações observadas que podem ter grande potencial de uso para outras finalidades, o que é possível na extensão, citando a exemplo a IESol/UEPG.

Outra preocupação que surgiu durante as entrevistas foi quanto às experiências vivenciadas pelos estagiários (as) de serviço social do programa de extensão, isso porque enquanto graduandos é necessário ter um contato com a prática profissional e visto as variadas características do campo é preciso muita disciplina. Um dos profissionais destaca essa questão atrelada à visita domiciliar, outro instrumental de grande importância.

E até para os estagiários acompanharem né, então acho que seria legal e pensando assim em novos grupos, acho essencial a gente conhecer a realidade social para fazer um diagnóstico melhor elaborado, um relatório. (Entrevistada D).

Antes de adentrarmos neste debate, utilizamos a definição dada por Amaro, (2014, p. 19), para Visita Domiciliar “É uma técnica social, de natureza qualitativa, por meio da qual o profissional se debruça sobre a realidade social com a intenção de conhecê-la, descrevê-la, compreendê-la ou explicá-la”. Sendo assim, é de grande responsabilidade ética realizar visitas domiciliares, uma vez que estamos conhecendo a privacidade de cada sujeito, e em muitos momentos só consegue chegar em uma conclusão para sua intervenção por meio de uma visita direta à realidade social. Nesta mesma direção, Pereira e Souza (2016, p. 7) analisam que “conhecendo a realidade concreta da vida social dos mesmos, constroem saberes sobre aquela realidade e podem inclusive subsidiar o trabalho de outros profissionais”.

Outro instrumental que tem potencial na extensão é citado a seguir, o parecer social:

[...] o parecer social, mas eu acho que deveria ter em todos os grupos, até para os estagiários entenderem como moldar um parecer social sabe, então a gente trabalha muito com os instrumentais na nossa prática, mas é em outro viés. (Entrevistada C).

Para muitas pessoas, o uso de um parecer parece ser restrito ao campo sócio jurídico, porém, seguindo a lógica de Garcez (2022, p. 2), quando coloca a definição sobre o Parecer Social, indica que “se trata de uma exposição e manifestação sucinta, com base em estudo rigoroso, a respeito de uma determinada situação social. Apresenta caráter conclusivo ou indicativo”.

Podemos pensar que muitos outros campos necessitam de seu uso, incluindo o da extensão que também possui caráter investigativo e analítico. E neste sentido, que qualquer relatório, parecer ou atividade de um estagiário de Serviço Social, deve ser acompanhada por um profissional, um trecho da entrevista vem destacar a devida valorização do graduando em campo de estágio.

[...] e eu acho que é uma coisa legal da extensão e da IESol, é a valorização do estagiário, eu já fui estagiária e a gente sabe como isso é um pouco ruim dependendo do lugar que você vai. Existe é a parte burocrática que tem que fazer, mas não assim que seja separado, então trabalha junto com o técnico diretamente. (Entrevistada A).

Este relato nos leva a refletir que é importante a valorização dos (as) estagiários (as). É preciso buscar pela a autonomia e é muito importante acompanhar o técnico, o supervisor e os demais profissionais para compreender de que forma se dá o trabalho naquele espaço, mas para isso é necessário um ambiente em que o estudante em formação e em constante aprendizado se sinta confortável, que possa confiar nas pessoas que convivem em determinado espaço.

Cabe pontuar que, no caso específico do curso de Serviço Social quando se trata do estágio dentro da extensão, seja qual for a área temática, de acordo com a ABEPSS (2010, p. 38), é desenvolvido enquanto uma estratégia de “[...] aproximação da academia com a realidade social, busca-se nessas experiências o aperfeiçoamento de práticas profissionais em campos diversificados, geralmente envolvendo atividades de ensino e pesquisa”.

E quanto à formação dos assistentes sociais, por meio da extensão universitária, temos o seguinte posicionamento da ABEPSS (2010, p. 38) “[...] tem sido representativa

no chamado ensino da prática e do desenvolvimento de metodologias participativas no processo de intervenção e investigação no Serviço Social". Sendo assim, as atividades desenvolvidas neste meio podem contribuir com uma maior dinamicidade dos currículos e proporcionar uma maior flexibilidade e autonomia aos profissionais, além de experiência quanto a prestação de serviços de qualidade e do seu contato direto com a comunidade.

A ABEPSS (2010, p. 39) também informa que a extensão enquanto campo de estágio possui regulamentação pautada em LEI,

[...] está previsto na Lei Federal 11.788, que permite a extensão como estágio ao afirmar que as atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso.

Diante disso, cabe ressaltar que para um graduando de Serviço Social, é fundamental compreender a variedade de campos em que essa profissão pode atuar e como, na prática, as dimensões técnico-operativas, teórico-metodológico e ético-político estão conectadas, o que se torna evidente ao ter o contato com a rotina de trabalho do assistente social por meio do vínculo de estágio. Portanto, sendo na assistência social, no sociojurídico, na saúde, na habitação, na gestão, no atendimento psicossocial, ou na extensão, a qual pode estar alocada em qualquer uma das áreas, desde que tenha um programa ou projeto, deve-se existir a valorização do trabalho e um empenho ao conhecer suas especificidades.

Diante disso, pudemos elencar quais Instrumentais Técnico-Operativos são os mais utilizados em um campo extensionista, por meio deste exemplo da IESol/UEPG, e com base nisso, evidenciar o potencial dos mesmos, seguindo a lógica da valorização da permanência do assistente social, considerando que existe a possibilidade de uma formação do profissional junto à sociedade, que pode ser considerada como um espaço privilegiado de produção do conhecimento, sendo significativo para a superação das desigualdades sociais existentes, além de fortalecer organizações e movimentos populares e, assim, contribuir no desenvolvimento sócio econômico-ambiental.

Considerações Finais

Este trabalho possui uma importante relevância para a história da extensão e uma originalidade para o Serviço Social, pois servirá para uso de outras (os) profissionais, bem como a todos os estagiários (as) e pesquisadores que venham a direcionar suas

ações para a extensão universitária, permitindo um olhar mais amplo das potencialidades dos instrumentais e técnicas de trabalho, como se é estudado durante a graduação.

E tendo em vista a curricularização da extensão, passando a ser obrigatória nos currículos de graduação, como citamos anteriormente, cabe destacar que abrir campos de atuação para os estagiários (as) com a supervisão de profissionais será ainda mais comum. Sendo assim, vale lembrar que todos os envolvidos em atividades extensionistas possuem a oportunidade de vivenciar a democracia, acompanhar grupos diversos, atuar na base da questão social que se expressa no ambiente universitário, participar de palestras, seminários e congressos, organizar e participar de empresas juniores, incubadoras, entre outros segmentos.

Enfatizamos a necessidade da lógica extensionista, no seu sentido epistemológico, que possui uma essência crítica e interdisciplinar, a qual possibilita a integração dos saberes para além das salas de aula, a valorização da diversidade de sujeitos envolvidos, das diversas culturas, a articulação entre teoria-prática com base em debates sociais, políticos, econômicos e éticos e o reconhecimento para com núcleos de estudos discentes e docentes. São muitos os benefícios, todos também desafiadores, afinal, estar em grupos é aprender a conviver e trocar saberes, e na extensão isso se torna constante.

Ao demonstrarmos a importância dos instrumentais técnico-operativos percebeu-se que existe uma variedade de uso e potencial dentro da extensão, além de utilizarmos de referenciais teóricos essenciais para o embasamento dos argumentos. Alguns instrumentos tiveram mais destaques que outros, o que dependeu das entrevistas para direcionar cada discussão, o que ressaltamos que não se limitam apenas a esses, mas foram os que apareceram na presente pesquisa.

Cabe pontuar aqui, outro elemento importante e que merece destaque e análise crítica quando o assunto é a extensão: é a falta de investimentos nas universidades públicas, isso porque em meio a um período de retrocessos e cortes é necessária uma defesa do ensino de qualidade para todos. A infraestrutura das universidades também impacta os profissionais de Serviço Social, e consequentemente, o uso de suas competências instrumentais, portanto, cabe salientar a necessidade de boas condições de trabalho.

Diante do exposto, cabe ressaltar que, além da evidente relevância social e cultural, a extensão universitária trabalha por meio de um viés emancipatório, sendo essencial e necessária para o desenvolvimento local, além de oferecer oportunidades aos alunos e pesquisadores da graduação e pós-graduação, bem como a potencialização dos profissionais que nela atuam, a exemplo do Serviço Social que para além do uso dos instru-

mentais técnico-operativos pode ainda se debruçar sob as dimensões ético-político e teórico-metodológica.

Referências

ABEPSS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social**. Rio De Janeiro: ABEPSS, 1996.

ABEPSS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Política Nacional de Estágio na Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. São Paulo: ABEPSS, 2010.

AMARO, S. **Visita domiciliar**: teoria e prática. Campinas: Papel Social, 2014.

ARIENTI, W. L. Sobre a implementação da curricularização da extensão: caracterizações e preocupações. **Revista Eletrônica de Extensão – Extensio**, Florianópolis, v. 20, n. 45, p. 168-189, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5007/1807-0221.2023.e89716>.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 29 set. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília, DF: MDS, 2005.

CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética do/a Assistente Social**: Lei 8662/93. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2012.

FORPROEX - FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política nacional de extensão universitária**. Manaus: FORPROEX, maio 2012. Disponível em: https://proexc.ufu.br/sites/proexc.ufu.br/files/media/document//Politica_Nacional_de_Extensao_Universitaria_-FORPROEX_-2012.pdf. Acesso em: 29 set. 2023.

GARCEZ, T. Serviço social no sociojurídico: estudo social, perícia, relatório, laudo e parecer. **Portal do Serviço Social**, 24 jul. 2022. Disponível em: <https://portaldoss.com.br/servico-social-no-sociojuridico-estudo-social-pericia-relatorio-laudo-e-parecer/>. Acesso em: 29 set. 2023.

GUERRA, Y. A instrumentalidade no trabalho do Assistente Social. In: CFESS. **O trabalho do assistente social e as políticas sociais**. Brasília, DF: CFESS:ABEPSS: UNB, 2012. Módulo 4

GUERRA, Y. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. São Paulo: Ano XXI, 2007.

GUERRA, Y. Apresentação. In: SANTOS, Cláudia M.; BACKX, Sheila (org.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de fora: Ed. UFJF, 1999.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

KRIPKA, R. M. L; SCHELER, M.; BONOTTO, D. L. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de Investigaciones UNAD**, Bogotá, v. 14, n. 2, jul./dic. 2015.

LIMA, T. C. S. MIOTO, R. C. T.; PRÁ, K. R. D. A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo. **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre. v. 6, n. 1, p. 93-104, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3215/321527160010.pdf>. Acesso em: 7 set. 2023.

MAGNANI, I. Ensino, pesquisa, extensão e a nova tipologia do ensino superior brasileiro. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25., 2002, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu: ANPEd, 2002.

MARTINS, L. R. A questão dos documentos profissionais do serviço social. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 17, n. 33, jan./jun. 2017.

MEDEIROS, J. A Instrumentalidade na prática do assistente social. **Blog Gesuas**, Viçosa, 6 fev. 2020. Disponível em: <https://blog.gesuas.com.br/a-instrumentalidade/>. Acesso em: 7 fev. 2024.

NETTO, J. P. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 50, p. 87-132, 1996.

NOGUEIRA, M. D. P. Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual. In: FARIA, D. S. **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília, DF: UNB, 2001. p. 57-72.

NUNES, A. L. P. F.; SILVA, M. B. C. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. **Mal-Estar e Sociedade**, Barbacena, ano 4, n. 7, p. 119-133, jul./dez. 2011.

PEREIRA, B. M. M.; SOUZA, D. R. A visita domiciliar como instrumento de trabalho do assistente social: a experiência no atendimento domiciliar ao idoso de uma policlínica em Niterói/RJ. *In: CONGRESSO DE ASSISTENTES SOCIAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2., 2016, Rio de Janeiro. Anais [...]*. Rio de Janeiro: CRESS, 2016. Disponível em: <https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2016/05/074.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2024.

SANTOS, C.; NORONHA, K. O estado da arte sobre os instrumentos e técnicas na intervenção do assistente social - uma perspectiva crítica. *In: GUERRA, Y.; FORTI, V. (org.). Serviço Social: temas, textos e contextos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 47-63.

SCHMITZ, L. O. F.; SCHAPPO, S. Planejamento e Serviço Social: Elementos para Elaboração de Projetos. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2., 2017, Florianópolis. Anais [...]*. Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180174/101_00244.pdf?sequ=1. Acesso em: 7 fev. 2024.

SILVA, M. G. Universidade e sociedade: cenário da extensão universitária?. *In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23., 2000, Caxambu. Anais [...]*. Caxambu: ANPED, 2000.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, S. O.; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, Monte Carmelo, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2020. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>. Acesso em: 29 set. 2023.

TRINDADE, C. S. **A importância do acolhimento no processo de trabalho das equipes de saúde da família**. Monografia (Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2303.pdf>. Acesso em: 29 set. 2023.

Notas

- 1 Este artigo contém os resultados de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).
- 2 A rede socioassistencial é um conjunto integrado de iniciativas públicas e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade (Brasil, 2005).

Recebido em: 11 de março de 2024

Aprovado em: 27 de junho de 2025